

Modelo de governança une atores e ajuda educação básica a avançar

Articulação entre poder público e sociedade civil mostra resultados na frequência e no desempenho escolar em Rondônia e já se espalha por outros Estados

Por **Marsilea Gombata** — De São Paulo

06/07/2023 05h01 - Atualizado há um dia



Alessandra Gotti, presidente-executiva do Articule: "Para termos políticas públicas mais resolutivas precisamos criar um ambiente de diálogo entre todos os atores que fazem parte dela" — Foto: Rogério Vieira/Valor

Renan Chade, de 17 anos, evitava a escola ao máximo. As faltas por mais de uma semana eram comuns e, quando chegava à porta do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Vale do Guaporé, geralmente dava meia volta e ficava zanzando pelas ruas de Seringueiras, em Rondônia, em vez de assistir aos módulos do ensino fundamental II.

Depois de um semestre de baixa frequência escolar e desânimo, em julho de 2022 decidiu ir viver com um tio na zona rural. Retornou no início deste ano, depois de gestores da escola o encontrarem por meio de busca ativa escolar e entrarem em contato com a família.

Chade transformou-se em outro aluno. Hoje está mais disposto e interessado nos estudos, afirma Kenia Bae, coordenadora da rede estadual de educação de Seringueiras.

"Isso se deu graças à busca ativa", revela Kenia Bae. "Ouvia falar em busca ativa desde 2017, mas não via ocorrer de forma sistemática. Apenas recentemente isso se consolidou de forma mais dinâmica."

O estudante é um dos possíveis beneficiados de uma nova metodologia para execução de política pública, que ajuda a acelerar práticas no sistema público de educação. O modelo, que reúne gestores e representantes de órgãos públicos periodicamente, foi aplicado de forma pioneira em Rondônia e vem sendo replicado para outros Estados.

A iniciativa nasceu como Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação, em abril de 2020, e posteriormente passou a se chamar Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe).

Desenvolvida pela ONG Instituto Articule, em São Paulo, funciona como um acelerador de políticas públicas, estabelecendo espaço de diálogo e articulação no qual participam diferentes entidades do setor público e a sociedade civil, com mediação para a resolução de problemas.

No modelo de governança, reúnem-se quinzenalmente representantes das secretarias de Educação estadual e municipais, do Conselho Estadual de Educação e de conselhos municipais, órgãos do Sistema de Justiça, como Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, órgãos de controle como Ministério Público de Contas, representantes do Executivo, membros do Legislativo e acadêmicos.

"Essa ideia surgiu da próprio DNA do Instituto Articule, da percepção de que, para fazer políticas públicas mais resolutivas, precisamos criar um ambiente de diálogo entre todos os atores que fazem parte dela", afirma a advogada Alessandra Gotti, presidente-executiva do Instituto Articule.

"Ou seja, é preciso que os secretários de educação possam dialogar com órgãos de controle como o Tribunal de Contas, com o Poder Judiciário e com o Legislativo", prossegue. "A partir disso, com mediação da instituição neutra, cria-se uma agenda comum, pautada pelo princípio de colaboração, em um ambiente de mais segurança jurídica. Assim é possível encontrar caminhos mais céleres para resultados objetivos."

Alessandra Gotti conta ter criado o projeto inspirada em um modelo de governança que ajudou na despoluição do rio Riachuelo, na Argentina, envolvendo várias esferas administrativas e do setor privado.

Coordenado pelo Instituto Articule, o Gaepe-RO tem a cooperação do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, e conta com a parceria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

“

O Gaepe fortalece o arranjo de colaboração e favorece a responsabilidade mútua entre diferentes entes”

— Monica Pinto

Participam dele ainda outras instituições estaduais, como o Ministério Público de Contas do Estado, o Ministério Público local, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, a Secretaria de Educação estadual, o diretório regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-RO), o Conselho Estadual de Educação (CEE) e o diretório regional da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme-RO).

No início, o Gaepe-RO tratava de temas envolvendo a crise sanitária, como volta às aulas, mas passou a se envolver em questões estruturantes da educação agravados pela pandemia, como evasão escolar, alfabetização e vagas em creches.

"Estávamos em plena pandemia, assustados, e foi através dos encontros do Gaepe que, depois de relatos, discussões e as notas técnicas após as reuniões, retornamos às aulas presenciais e conseguimos transmitir segurança às famílias", afirma Gilvania Bergamoto Morato, secretária de Educação do município rondoniense de Monte Negro.

"Fizemos a Busca Ativa Escolar e atingimos 100% dos alunos em idade nas escolas. Demos início a uma política pública educacional estruturada, com formação continuada dos profissionais de educação e monitoramento dos resultados. Começamos a perceber melhor desempenho no ensino desses profissionais e na aprendizagem dos alunos."

No fim de 2022, Rondônia viu todos os municípios aderirem à plataforma de Busca Ativa Escolar do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), único Estado da região Norte a alcançar esse patamar.

Com isso, Rondônia ficou em primeiro lugar no ranking de evolução de matrículas deste ano e teve o menor aumento de alunos fora da escola do Brasil entre 2019 e 2020.

Segundo estudo do Unicef, a alta foi de 45% em Rondônia em 2020, ante 2019, bem abaixo do crescimento de Estados como São Paulo (411,11%), Goiás (155%), Acre (284,37%).

Em 2022 foi lançado no Estado o Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (Paic), inspirado no Programa Alfabetização na Idade Certa do Ceará.

O objetivo é que no fim do terceiro ano do ensino fundamental I todos os estudantes estejam alfabetizados. Os 52 municípios de Rondônia aderiram ao Paic, e 33 começaram a implementá-lo no ano passado.

Análises preliminares do TCE-RO, feitas com dados do Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia (Saero), mostram que as escolas que aderiram ao programa apresentam desempenho em matemática 7 pontos percentuais superior ao de escolas que não fazem parte dele. Em língua portuguesa, essa diferença chega a 9 pontos percentuais.

Outra frente com a qual o Gaepe pode ter contribuído foi no aumento de matrículas declaradas na educação infantil. Segundo dados coletados pela Undime-RO com apoio da Associação Rondoniense de Municípios, em 2020 eram 44.752 matrículas declaradas, em 2021, 44.964, e no ano passado foram 49.045.

Letícia Couto, de 35 anos, esperou um ano na fila para conseguir a vaga na creche para o filho Lucas, de 2 anos. "Fui contemplada em maio porque abriu uma turma nova", diz a auxiliar de limpeza da prefeitura de Santa Luzia do Oeste, em Rondônia. Ela conta que esperava ficar na fila mais tempo porque a demanda para crianças menores de 3 anos é bastante alta.

Para Paulo Curi, presidente do TCE-RO, o Gaepe tem papel importante ao colocar diferentes instituições envolvidas em uma política pública para dialogar.

"Antes o TCE era visto como uma instituição para punir e tratar o gestor com postura vertical, e abordagens para controle operacional eram recebidas com muita resistência. Hoje vemos aumento da confiança", afirma Paulo Curi.

"Os gestores contam que antes escondiam tudo do TCE, mas hoje compartilham suas expectativas para serem respaldados para implementar determinadas decisões. Por outro lado, antes executávamos uma medida sem ouvir os gestores, praticamente queríamos autá-los, impondo nossa prioridade, sem perceber outras possibilidades."

Além dos avanços em matrículas, vagas na educação infantil e aprendizagem com os quais o Gaepe pode ter contribuído, Curi ressalta que a capital Porto Velho costumava ter índice de alfabetização de 13%, mas hoje está na casa dos 87%.

Os resultados em Rondônia para os quais o Gaepe pode ter contribuído levou outros Estados a replicar a iniciativa. Além de Roraima, hoje há Gaepe em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, na Ilha do Marajó e na cidade de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo. Há ainda o Gaepe Brasil, que reúne entes federais. Com exceção de Rondônia, nos outros Gaepes as reuniões ocorrem mensalmente.

"A normatização das políticas públicas e as competências e atribuições dos órgãos que as efetivam são, muitas vezes, intersetoriais em sua concepção. Porém, a cultura institucional não favorece que essa colaboração se estabeleça, apresentando um hiato entre o concebido e o executado", afirma Monica Pinto, chefe de educação do Unicef no Brasil.

Ela lembra que o Plano Nacional de Educação prevê a intersetorialidade como vetor, em especial nas metas que tratam da garantia de acesso e estabelecem ações de busca ativa.

"O Gaepe fortalece o arranjo de colaboração e favorece um ambiente de corresponsabilização entre diferentes entes, pois ajuda a monitorar dados, promover o diálogo entre os envolvidos e encaminhar resoluções", conclui Pinto.